

PANORAMA

www.aese.pt

Fartos de os acharem sem vontade de viver

Várias figuras públicas inglesas com algum tipo de deficiência criticam numa carta conjunta um projeto de lei de suicídio assistido. Entre os oito subscritores da carta, há políticos, militantes pelos direitos dos deficientes e figuras do mundo do espetáculo ou do desporto, como a conquistadora de catorze medalhas olímpicas, Tanni Grey-Thompson. A mensagem é curta mas clara: “estamos profundamente convencidos de que uma alteração na lei virá a impor em muitas pessoas deficientes – e noutro tipo de doentes – uma forte pressão para acabar com as suas vidas”.

Referem-se ao projeto de lei cujo porta-estandarte é Lord Falconer (na sua segunda tentativa, porque a primeira foi rejeitada). Atualmente, o texto encontra-se à espera de uma segunda leitura na Câmara dos Lordes. A norma permitiria solicitar ajuda para o suicídio a adultos com uma doença em estado terminal e cuja esperança de vida se estime em menos de seis meses. Com esta são cinco as vezes que se pretendeu modificar a lei de suicídio em vigor desde 1961. Tanto o parlamento como as principais organizações médicas se mostraram contrárias até agora. Por exemplo, a British Medical Association rejeitou em 2012 uma moção para modificar a sua posição sobre o tema de “contrária” a “neutral”. 70% dos médicos consultados num inquérito efetuado pelo Royal College of General Practitioners declaram-se contrários a alterar a lei no sentido de facilitar a prática do suicídio assistido.

Jane Campbell, uma das subscritoras e antiga integrante da Comissão para a Igualdade e os Direitos Humanos do parlamento britânico, explicou num artigo no “The Telegraph”, que a preocupava a lei cair na famosa “ladeira escorregadia da eutanásia”. Deste modo, ir-se-ia expandindo cada vez mais a tipos de pessoas doentes, ou simplesmente a pessoas deprimidas, como acontece com a lei belga: “se se admite para as doenças em fase terminal, por que não para todas as crónicas ou degenerativas? e a seguir: por que não para as pessoas com deficiências severas?”.

A retórica da compaixão leva frequentemente a valorizar de modo diferente a vida das pessoas doentes. Os subscritores da carta interrogam-se: “Por que motivo quando as pessoas são se querem suicidar, falamos com elas para que procurem abandonar a ideia; e quando se trata de deficientes, vamos concentrar-nos em como tornar possível o seu suicídio?”

A vida de Jane Campbell é um exemplo dos efeitos danosos que pode ter esta falsa compaixão, mesmo quando é bem-intencionada. Campbell frequentou em pequena uma escola para deficientes onde a formação académica era deixada de lado, pela ideia de que não seria muito útil para esse tipo de pessoas. Com treze anos mal sabia ler e escrever. Mais tarde mudou de instituição. Foi educada e acabou por conseguir um *master* em artes.

Defendeu sempre que um excesso de protecção para com os deficientes pode isolá-los ainda mais. Aquilo de que necessita um doente, em geral, é que se lhe retirem todas as barreiras possíveis, não que se lhe ofereça uma saída em falso para a vida.

Plano do governo chinês de transferência do campo para a cidade

Com as estantes de todo o planeta já repletas de mercadorias chinesas fabricadas a custos mínimos, o gigante asiático tomou nota dos limites do seu modelo de crescimento e concentrou o seu alvo num potencial consumidor muito mais próximo: a sua própria população rural.

Para converter alguns milhões de pessoas em consumidores ativos de bens e serviços, Pequim concebeu um grande plano para que milhões de residentes das zonas rurais sejam transferidos para as cidades, motores da procura interna. Mas isso exige investimentos enormes e empreender algumas modificações no arcaico sistema de registo de residência – o denominado *hukou* – que praticamente acorrenta o cidadão ao seu lugar de nascimento.

O mecanismo, criado por Mao Tsé-Tung em 1958, pretendia, por um lado, planificar o fornecimento dos recursos e dos serviços à população e, por outro, controlá-la. No entanto, o resultado mais palpável foi precisamente o oposto ao ideal igualitarista de Mao, com a abrupta divisão da população chinesa em dois estratos: o dos que têm licença de residência nas cidades, com acesso a uma maior gama de serviços sociais e oportunidades de formação e emprego, e o dos nascidos no campo, com muito menos possibilidades de serviços, e um rendimento muito menor.

Evidentemente, muito antes do governo do Partido Comunista se ter dado conta das vantagens utilitárias de urbanizar

grandes massas populacionais, já muitos chineses tinham feito as malas e ido de comboio para as cidades: aconteceu com 560 milhões de pessoas desde 1978, e estima-se que, até 2020, o farão mais 100 milhões.

Até esta altura, não obstante, os que o fazem, veem-se marcados como que a ferro pelo seu *hukou* rural, que as impede, onde ficam a viver, de se matricular na universidade, de aceder ao atendimento público de saúde, ou de descontar para a sua reforma. Atualmente, 54% dos 1.400 milhões de chineses vivem nas cidades, mas somente 36% estão registados como residentes urbanos.

Tão rígido é o esquema, que nem mesmo as catástrofes naturais podem fazer prevalecer o humanitário sobre o estritamente administrativo. Em 2012, uma tempestade em Pequim causou danos severos, tanto em habitações de residentes legais, como de trabalhadores imigrantes de outras zonas do país. As autoridades locais auxiliaram com cobertores, alimentos, água e refúgios provisórios unicamente as pessoas que estavam registadas no registo local, enquanto que ignoraram os imigrantes rurais. Ao fim e ao cabo, a quem interessava como enfrentariam o problema cidadãos “de segunda”?

Os habitantes das cidades chinesas que não possuem a licença de residência urbana trabalham, consomem, existem, mas é como se não existissem! De facto, as habitações de muitos destes imigrantes não se localizam em locais visíveis da periferia das cidades, como sucede com os bairros de lata da América Latina, que dão uma triste silhueta às cidades.

Na China, não. Os imigrantes do campo acomodam-se como podem em estreitos locais localizados no subsolo de grandes edifícios, ou em refúgios construídos há quatro décadas a dezenas de metros abaixo do asfalto, quando se temia um bombardeamento atómico soviético. Em cima, tudo brilha e rodam os Lamborghini e os Mercedes Benz. Em baixo, os recém-chegados pagam um aluguer para viver entre os canos dos esgotos e os do aquecimento, tomam banho por turnos em instalações sanitárias coletivas e subornam o vigilante para que os deixe entrar com um fogão para poderem cozinhar os seus alimentos.

A “tribo dos ratos” chama por eles. Só em Pequim, existem mais de 280.000 pessoas nessa situação, embora alguns relatórios falem de um milhão. Em geral, os que deixaram para trás a terra e decidiram ir viver nestas condições são indivíduos jovens, com ensino secundário, empregados na indústria, no comércio e na hotelaria.

Diversamente de outros países, onde um exército de desempregados se coloca junto às cidades esperando que algo surja, na China, os imigrantes internos vão para a cidade na medida em que esta vá criando empregos estáveis.

Os imigrantes chegam, pois, às cidades necessitadas do seu trabalho, mas estas não lhes reconhecem os mesmos direitos que aos nascidos com *hukou* urbano. A injustiça mede-se em dois fatores: o do ensino e o das reformas. No que se refere ao

ensino, embora se tenha elevado em nove anos a escolaridade dos cidadãos de zonas rurais, nas zonas urbanas há mais jovens em posição de aceder a uma carreira universitária, o que é vedado aos que, mesmo com o talento necessário, não se podem matricular legalmente nos centros de estudos superiores devido ao pesado grilhão do seu *hukou*.

Quanto às pensões, bem pode o trabalhador imigrante dar o litro numa oficina da cidade, que no final o sistema não lhe permite calcular o tempo trabalhado numa província de modo a ter validade noutra para efeitos da reforma. Para lá do salário imediato – normalmente menor do que o de um autótone da zona –, o seu trabalho não lhe vai gerar nenhum outro benefício.

O plano do governo prevê facilitar serviços educativos e de saúde a 100 milhões de ex-camponeses que já estão a viver mal nas cidades e a outros 100 que se espera cheguem até 2020. Nessa altura, 60% da população chinesa será urbana.

Além disso, serão destinados recursos para a construção de habitações, estradas, caminhos-de-ferro, hospitais e escolas, à medida que as cidades de dimensão menor e média comecem a receber paulatinamente os novos habitantes. A possibilidade dos camponeses optarem por uma licença de residência urbana é limitada às localidades inferiores a cinco milhões de habitantes. Isto deixa de fora do esquema mega cidades como Pequim, Xangai e Cantão (Guangzhou).

Significará isto a liquidação do *hukou*? A liberdade total para cada cidadão ir viver onde achar oportuno em prol da sua realização pessoal?

Muitos duvidam. Na opinião de Dan Guoying, especialista em desenvolvimento rural da Academia Chinesa de Ciências Sociais, “os dirigentes receiam que suprimir totalmente o sistema de *hukou* faça aumentar demasiado a pressão sobre as finanças públicas”. E a verdade é que alargar os serviços sociais em todo o seu alcance aos milhões de novos imigrantes que irão viver nas cidades em 2020, pode custar muito dinheiro ao erário público.

O cálculo ignora a variável do aumento da capacidade de consumo dos habitantes urbanos, que costumam dar um maior impulso à economia.

O facto do acesso de cada vez mais pessoas à utilização das novas tecnologias e à formação profissional induzir a geração de postos de trabalho com maior especialização e ao pagamento de melhores salários, significará em determinada altura um aumento dos custos laborais, o que pode influenciar uma redução das “competitivas” exportações chinesas. Mas se em troca deste “sacrifício” se alcançarem maiores quotas de justiça social, se se ampliar o leque de oportunidades para mais cidadãos, por acaso não terá valido a pena?

A. R.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

“World Order”

Autor: Henry Kissinger

Allen Lane, 2014

Aos seus 91 anos, o ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, publicou “World Order: Reflections on the Character of the Nations and the Curse of History”. É um livro em que regressa às suas origens académicas de especialista e admirador do Congresso de Viena e do concerto europeu de potências.

A obra parte do pressuposto de que um sistema internacional baseado no equilíbrio das potências serviu para alcançar a estabilidade, que não a paz – pois houve ainda revoluções e conflitos localizados – durante quase um século. Estamos, sobretudo, perante um livro de história e de geopolítica, embora também haja referências e tentativas de prospetiva.

Mas a obra não é somente uma reflexão sobre se o modelo de diretório e equilíbrio de potências europeias de há dois séculos é aplicável ao mundo de hoje. Kissinger reitera que cada potência tentou criar a sua particular ordem mundial. O ideal seria uma ordem cooperativa de Estados que observem as mesmas regras e procedimentos, dotados de sistemas económicos liberais, e não de capitalismo de Estado, e que aceitem uma série de princípios como o respeito pelas soberanias estatais e o fomento dos sistemas de governo democráticos. Mas a realidade do nosso mundo é a da instabilidade regional com as suas sequelas de proliferação de armas de destruição em massa, desintegração dos Estados, massacres, degradação ambiental...

Esses desafios tornam necessária uma certa ordem mundial, que não pode construir-se ao longo de três séculos como o sistema da paz de Westfália, o qual imperou na Europa até à véspera da II Guerra Mundial. Aquele sistema partia do postulado de que uma potência não se podia impor sobre as outras e que devia haver um ajustamento à realidade, o que explica o seu triunfo depois das estéreis lutas político-religiosas da Guerra dos Trinta Anos.

No entanto, Westfália era um sistema europeu. Não incluía a Rússia, sempre desejosa de um poder forte e centralizado após um período de distúrbios internos no começo do século XVII, nem a China, expressão de uma política hierárquica que se considerava o centro do mundo, e menos ainda o Islão, um modelo político-religioso de vocação universalista. Tão pouco existiam os EUA, que mais tarde tentariam combinar a difusão dos valores liberais-democráticos com os interesses nacionais próprios.

Apesar do que alguns afirmam, Kissinger insiste em que não vivemos num cenário multipolar de potências mundiais. Nem todas conseguiram uma expansão global e continuam determinadas pelas condicionantes das suas respetivas regiões. Vivemos sim num mundo de realidades contraditórias

e não se pode esperar que, da noite para o dia, as potências noceiem de boa fé as premissas da nova ordem.

Isto volta a colocar-nos perante o eterno dilema moral subjacente a qualquer conceção da ordem mundial: o do poder e da legitimidade. O poder sem dimensão moral está condenado ao fracasso; mas o nosso autor, como bom realista político, recorda que uma defesa intransigente de princípios morais, esquecendo o princípio de equilíbrio entre as potências, só pode levar um país como os Estados Unidos a cruzadas ideológicas de amargos resultados no Vietname, Afeganistão e Iraque.

A política internacional muito menos responde a combinações de mesa de bilhar, devendo ter em conta a história, as instituições, as características nacionais ou culturais definidoras. É o que Kissinger reprova aos neoconservadores do meio político de George W. Bush: o universalismo, por muito democrático que pretenda ser, tem limites se não se ajustar à realidade. A História não se pode modelar ao gosto de cada um. De facto, o autor partilha com Edmund Burke a ideia de que a política é a arte do possível e considera que é melhor elaborar um plano adequado e realista do que se deixar levar pelo entusiasmo das ideias abstratas, tal como fizeram os revolucionários franceses. Klemens Metternich, restaurador da ordem europeia depois das guerras napoleónicas, teria concordado.

Kissinger está de regresso a essa filosofia de cariz hegeliano que procura descobrir um suposto mecanismo da História; mas muito menos acredita na paz perpétua, resultado de uma federação universal de repúblicas, preconizada por Immanuel Kant e que se traduziu no século XX no aparecimento de organizações universais e regionais. A este respeito, Metternich representava um realismo que tinha em conta os interesses dos outros Estados, acima das diferenças ideológicas. Já Otto von Bismarck, que rompeu o equilíbrio europeu unificando a Alemanha, teve em conta, acima de tudo, o interesse nacional.

A Europa nunca recuperaria da tragédia de 1914 até hoje, e nem sequer o processo de construção europeia é para Kissinger a solução de todos os problemas. A União Europeia é encarada com ceticismo, pois um conjunto de normas e procedimentos nunca foi suficiente para edificar uma unidade geopolítica. A Europa está estagnada entre um passado histórico que pretende superar e um futuro que não consegue acabar por definir. Não mudou muito o político norte-americano em relação a este assunto nas últimas quatro décadas. Na altura em que estava no poder, dizia procurar em vão o telefone de um interlocutor adequado para estabelecer contacto direto com a Europa.

Em vários capítulos do seu livro, o autor passa em revista outras conceções da ordem internacional diferentes da do Ocidente. Faz uma viagem pela evolução histórica do Islão, para chegar à conclusão de que só o panarabismo, o nacionalismo árabe surgido após a descolonização, aceitou um sistema westfaliano para o Médio Oriente. Mas o islamismo político rejeita essa ordem, pois todo o Estado secular é

ilegítimo para os que aspiram a edificar um Estado islâmico global. Encara, portanto, o islamismo como uma ameaça à democracia e à segurança. O surgimento do Estado Islâmico no Iraque e na Síria é para Kissinger o equivalente a um mundo traçado por Thomas Hobbes, no qual impera o estado de natureza e se enceta uma guerra de todos contra todos. Há ainda o perigo do caos se estender por outras regiões próximas.

Dada a situação, o Irão xiita, inimigo declarado dos jihadistas, adquire um valor acrescentado para a estratégia de Washington. Contudo, a aproximação diplomática dos EUA aos iranianos não pode ser comparada com a histórica viagem de Nixon e Kissinger à China de Mao. O Irão não está tão isolado como aquele regime comunista. Apesar de tudo, o ex-secretário de Estado recomenda mudar o tom e procurar pontos de acordo com Teerão. Escusado será dizer que isto será mais simples se prevalecer o nacionalismo iraniano, mais de acordo com as políticas de equilíbrio, em vez da exportação da revolução islâmica.

Relativamente à Ásia, Kissinger sublinha a sua multiplicidade e acha positivo que a China, o Japão e a Índia, apesar das suas divergências políticas e territoriais, pretendam manter uma política de equilíbrio ao estilo westfaliano. A presença dos EUA na área do Pacífico também pode contribuir para o ponto de equilíbrio entre cooperação e confronto que caracterizam essa região.

Especialmente interessantes são as reflexões sobre a política externa dos EUA, com o seu eterno conflito entre valores liberais e interesses nacionais. Os leitores europeus, educados desde há longo tempo na crítica ao imperialismo norte-americano, ficarão surpreendidos por Kissinger apresentar como modelo o republicano Theodore Roosevelt (1901-1909), um presidente que acreditava no equilíbrio das potências e que conseguiu ganhar o Prémio Nobel da Paz graças à sua mediação na guerra russo-japonesa. O autor não parece estar de acordo com o idealismo do presidente Woodrow Wilson, que levou à criação da Sociedade das Nações, e da qual Roosevelt desconfiava, porque pressupunha entregar de boa fé as ovelhas às mãos dos lobos. Menos surpreendente é que Kissinger defenda a sua própria gestão de governo com Richard Nixon, onde teria sabido combinar idealismo com realismo e aceitar com a abertura à China, o surgimento de um equilíbrio mundial de potências.

A conclusão que podemos retirar do livro, é que surgirá um dia uma nova ordem internacional no século XXI, mas talvez não baseada em modelos históricos do passado. Para Henry Kissinger, bastaria modernizar o sistema de Westfália, embora não vá ser fácil num cenário em que os líderes só pretendem soluções de curto prazo, não tendo eles um entendimento profundo da história e da geografia, e mesmo que estas continuem a ser muito úteis nesta era de novas tecnologias.

A. R. R.

